

**PARTE I**  
**TEORIA DO DIREITO**  
**(OU INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO)**

<b>Capítulo 1</b>	<b>O DIREITO É ALGO UNIVERSAL? .....</b>	<b>21</b>
	1.1. O que se entende pela palavra “direito”?.....	21
	1.2. Qual a origem da palavra “direito”?.....	27
	1.3. É possível falar em uma definição universal de direito? O que a língua tem a ver com isso? .....	37
	1.4. O que o direito é depende do ângulo do qual é observado? .	56
	1.5. Qual o enfoque da zetética jurídica ao analisar o direito?.....	71
	1.6. Como a dogmática jurídica observa o direito?.....	81
	1.7. Questão de prova .....	93
<b>Capítulo 2</b>	<b>O DIREITO PODE SER ESTUDADO COMO UM OBJETO DE UM CONHECIMENTO? COMO SE DEU ISSO AO LONGO DA HISTÓRIA? .....</b>	<b>95</b>
	2.1. O direito e o conhecimento do direito? O problema de sua origem.....	95
	2.2. O direito como diretivo para a ação? Como a jurisprudência romana contribuiu para isso? .....	112
	2.3. O direito como dogma? Qual a contribuição da idade média? .....	134
	2.4. O direito como ordenação racional? Como a era moderna contribuiu para isso?.....	149
	2.5. O direito como norma posta? Como a positivação do direito no século xix foi determinante para tanto?.....	172

- 2.6. O direito como instrumento decisório? Como a ciência dogmática na atualidade contribui para isso? ..... 202
- 2.7. Questões de prova..... 207

**Capítulo 3** **É POSSÍVEL FALAR EM UMA CIÊNCIA DOGMÁTICA DO DIREITO? SE SIM, QUAL SERIA O SEU ESTATUTO TEÓRICO?..... 211**

- 3.1. A dogmática jurídica é uma tecnologia?..... 211
- 3.2. A decidibilidade de conflitos é o problema central da ciência dogmática do direito?..... 224
- 3.3. A ciência do direito possui modelos (ou processadores)?... 232
- 3.4. Questões de prova..... 235

**Capítulo 4** **É POSSÍVEL FALAR EM UMA DOGMÁTICA ANALÍTICA? A CIÊNCIA DO DIREITO PODE SE APRESENTAR COMO UMA TEORIA SOBRE A NORMA JURÍDICA? OU COMO UMA TEORIA SOBRE O ORDENAMENTO JURÍDICO? .... 239**

- 4.1. A norma jurídica e suas concepções ..... 240
- 4.2. A complexidade, contingência e seletividade da comunicação: a norma jurídica como norma-comunicação ..... 243
- 4.3. O caráter jurídico da norma: instituições e núcleos significativos ..... 252
- 4.3.1. O aspecto formal da norma jurídica: o seu caráter institucional..... 253
- 4.3.2. O aspecto material da norma jurídica: os seus núcleos significativos ..... 261
- 4.4. Norma jurídica: um fenômeno complexo ..... 268
- 4.4.1. Conceito dogmático de norma jurídica ..... 271
- 4.5. Elementos da norma jurídica ..... 272
- 4.6. Tipos de normas jurídicas ..... 276
- 4.6.1. Critérios sintáticos ..... 276
- 4.6.2. Critérios semânticos ..... 277
- 4.6.3. Critérios pragmáticos ..... 279

4.7.	Características das normas jurídicas.....	280
4.7.1.	Estrutura proposicional.....	281
4.7.2.	Heteronomia.....	281
4.7.3.	Atributividade.....	281
4.7.4.	Forma.....	281
4.8.	Normas que modificam outras normas (ou considerações sobre validade, vigência, vigor e eficácia).....	282
4.9.	Uma introdução à teoria do ordenamento jurídico.....	284
4.10.	O ordenamento jurídico segundo kelsen.....	285
4.11.	Ordenamento jurídico por bobbio e por hart.....	287
4.12.	A teoria sistêmica de tercio (luhmann e marcelo neves).....	289
4.13.	Questões de prova.....	295
<b>Capítulo 5</b>	<b>O DIREITO É ALGO SUJEITO A INTERPRETAÇÃO? .....</b>	<b>299</b>
5.1.	Qual o problema da hermenêutica jurídica do ponto de vista da zetética jurídica?.....	300
5.1.1.	Qual é a função simbólica da língua?.....	308
5.1.2.	Qual o grande problema da interpretação jurídica, segundo hans kelsen? Entre a interpretação autêntica e a doutrinária.....	323
5.1.3.	A interpretação jurídica busca descobrir que vontade? A do legislador ou a da lei?.....	331
5.1.4.	Como a teoria da tradução pode ajudar no estudo sobre a interpretação jurídica?.....	346
5.1.5.	Interpretação jurídica tem alguma relação com o poder de violência simbólica?.....	358
5.1.5.1.	O que se pode entender por uso competente da língua?.....	362
5.1.5.2.	O que significa língua hermenêutica? O que se entende por legislador racional?.....	380
5.1.5.3.	Seria a interpretação uma paráfrase?.....	399
5.1.5.4.	O que se pode entender por interpretação verdadeira e interpretação divergente?.....	406

5.1.6.	Qual a função racional da hermenêutica jurídica? ..	411
5.2.	Quais os métodos e tipos dogmáticos de interpretação?.....	413
5.2.1.	“Métodos” hermenêuticos: o que é isso? .....	414
5.2.1.1.	Interpretação gramatical, lógica e sistemática .....	415
5.2.1.2.	Interpretação sociológica, evolutiva e histórica .....	433
5.2.1.3.	Interpretação teleológica e axiológica.....	440
5.2.2.	O que são tipos de interpretação? .....	446
5.2.2.1.	Interpretação “declaratória” .....	447
5.2.2.2.	Interpretação restritiva .....	451
5.2.2.3.	Interpretação extensiva.....	456
5.3.	A relação entre a interpretação e integração do direito .....	463
5.3.1.	Quais os modos de integração do direito? .....	466
5.3.1.1.	Instrumentos quase lógicos: analogia, indução amplificadora e interpretação extensiva .....	471
5.3.1.2.	Instrumentos institucionais: costumes, princípios gerais de direito e equidade .....	480
5.3.2.	Quais os limites da integração? .....	487
5.4.	Qual a função social da hermenêutica? .....	495
5.5.	Questões de prova.....	500

## **Capítulo 6 O DIREITO POSSUI ALGUMA MORALIDADE? .....503**

6.1.	Qual o fundamento do direito?.....	503
6.2.	Seria a justiça o fundamento do direito? .....	523
6.3.	Qual a relação entre o direito e a moral? .....	539
6.4.	O senso comum e a moralidade – uma relação íntima.....	556
6.4.1.	Qual o problema da relação entre direito, estado e poder? .....	556
6.4.2.	Quando a sociedade é compreendida como uma sociedade econômica, no que se transforma a racionalidade? .....	567

6.4.3.	Seria a hermenêutica a mediadora do ethos legitimador? Da subsunção à ponderação?.....	571
6.4.4.	Estaria a moralidade fundada na interação subjetiva? .....	590
6.4.5.	Como é possível falar em moralidade quando a comunicação é compreendida como um paradoxo? .....	605
6.4.6.	O código da justiça e a fala justa .....	618
6.5.	Questões de prova.....	622
<b>REFERÊNCIAS .....</b>		<b>625</b>

## PARTE II FILOSOFIA DO DIREITO

<b>Capítulo 1</b>	<b>A IDEIA DE DIREITO: A JUSTIÇA COMO IGUALDADE (JUSTIÇA COMUTATIVA) – JUSTIÇA E EQUIDADE.....</b>	<b>639</b>
1.1.	A ideia de direito: justiça em sentido amplo. ....	639
1.2.	A justiça como igualdade: a justiça em sentido estrito. ....	648
1.2.1.	Objeto ou processo? .....	648
1.2.2.	Igualdade, semelhança, equiparação.....	651
1.2.3.	Os tipos de justiça.....	655
1.3.	Justiça e equidade.....	660
1.4.	Exemplo: a pena justa.....	664
1.5.	Questões.....	669
<b>Capítulo 2</b>	<b>A IDEIA DE DIREITO: A JUSTIÇA COMO JUSTIÇA SOCIAL (JUSTIÇA DO BEM COMUM, ADEQUAÇÃO).....</b>	<b>673</b>
2.1.	A doutrina dos bens éticos. ....	673
2.1.1.	Socialização: a comunista e a cristã. ....	673
2.1.2.	A doutrina tripartida de radbruch sobre os fins supremos do direito e o relativismo jusfilosófico. ....	685
2.1.3.	De aristóteles a kant: a questão do bem supremo. ...	691

	2.1.4. O utilitarismo.....	700
	2.1.5. O utilitarismo negativo .....	703
	2.2. As regras de prevalência.....	709
	2.3. Os direitos humanos.....	716
	2.4. Os princípios gerais de direito.....	723
	2.5. Antropologia jurídica.....	726
	2.6. Nota conclusiva. ....	732
	2.7. Questões.....	734
<b>Capítulo 3</b>	<b>A IDEIA DE DIREITO: A JUSTIÇA COMO SEGURANÇA JURÍDICA (PAZ JURÍDICA). TENSÕES NO INTERIOR DA IDEIA DE DIREITO .....</b>	<b>737</b>
	3.1. Os três momentos da segurança jurídica: positividade, exequibilidade, prática, estabilidade.....	737
	3.2. Tensões no interior da ideia de direito.....	741
	3.3. Questões.....	746
<b>Capítulo 4</b>	<b>O CONCEITO DE DIREITO – DIREITO E LEI – A RELAÇÃO ENTRE SER E DEVER SER.....</b>	<b>749</b>
	4.1. Direito e lei – os conceitos nominalista e realista de direito.....	749
	4.2. A evolução histórica do conceito de direito. ....	755
	4.3. O desenvolvimento do conceito moderno de lei.....	762
	4.4. O desenvolvimento do conceito de direito – novamente: a estrutura escalonada da ordem jurídica.....	772
	4.5. Questões.....	782
<b>Capítulo 5</b>	<b>DIREITO E MORAL – COSTUMES, CONVENÇÕES, USOS E HÁBITOS – O PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIEDADE.....</b>	<b>785</b>
	5.1. Delimitações.....	785
	5.2. A polaridade entre o direito e a moral.....	787
	5.2.1. A tese da separação e a tese da identidade.....	787
	5.2.2. O objeto do direito e da moral.....	788

---

5.2.3. Autonomia e heteronomia.....	793
5.2.4. Exterioridade e interioridade.....	799
5.2.5. Legalidade e moralidade.....	800
5.3. A relação com regras de comportamento social afins.....	801
5.3.1. Costumes (morais).....	801
5.3.2. Convenções (sociais).....	804
5.3.3. Usos e hábitos (sociais).....	805
5.4. Contradições valorativas entre o direito e a moral.....	806
5.5. O princípio da subsidiariedade.....	810
5.6. Questões.....	814
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>819</b>